

Sumário

1. Introdução	1
2. A Promessa Constitucionalista.....	13
2.1 Constitucionalismo: o ideal de limitação do poder	13
2.2 Constituição: articuladora da troca entre poder de fato e autoridade jurídica	17
2.3 Estado de Direito: delimitação do Poder do Estado à forma jurídica, entre a força do direito e o direito da força	22
3. A Realidade Violenta do Poder Estatal e a Impunidade dos seus Agentes..	31
3.1 O Monopólio da Violência Legítima: definindo a natureza violenta do poder estatal.....	31
3.2 Poder Constituinte e Coerção Constituída: a dependência entre Direito e violência	41
3.3 Hierarquia e dever: obediência (in)devida e a banalidade do mal na burocracia da violência	48
3.4 Normas de Desresponsabilização: leis de impunidade, sentido das autoanistias, e outros dispositivos similares	63
3.4.1 Esquecimento ou perdão? Sobre o sentido da anistia.....	63
3.4.2 Anistia, Anistia bilateral e Autoanistia: discernindo as leis de anistia com base nos agraciados.....	68
3.4.3 Normas de impunidade como paradigma de exceção	73
3.4.5 Variações da Impunidade: outras normas de exceção à responsabilização para além das anistias	74

3.5 Vida nua, Homo Sacer, tortura e desaparecimento: repensando a impunidade como desproteção institucional no contexto das peculiaridades brasileiras.....	84
3.6 Constitucionalismo Simbólico e Excepcionalidade: a manutenção da validade formal do Direito como legitimação sem intenção de efetivar a limitação do Poder.....	90
4. Trajetória Genealógica da Violência de Estado e Desresponsabilização na República Brasileira	99
4.1 Revoltas e Repressão na República oligárquica (1891-1930).....	100
4.2 Entre Revolução e Autogolpe, as normas de impunidade e a violência política da Era Vargas (1930-1945).....	147
4.3 Democracia Restrita, Violência e Golpes Militares: a Impunidade e a Falha de um Experimento Democrático (1946-1964)	200
4.4 Autonomia do Ofício Burocrático de Violência: Ditadura Institucional das Forças Armadas e a Impunidade dos Atos Institucionais à Lei de Anistia (1964-1988).....	232
4.5 Continuidades Persistentes: violência de Estado sob a Constituição atual.....	282
5. Questões de Responsabilidade: Respostas ao Problema da Violência Extralegal	315
5.1 O Direito é o Único Meio de Ação do Estado? Desfazendo o vínculo juspositivista entre legalidade e estatalidade.....	315
5.2 Responsabilidade Penal do Agente Estatal: a Teoria do Domínio do Fato	322
5.3 Crimes contra a Humanidade: a resposta do Direito Internacional....	328
5.4 A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: caso Gomes Lund vs. Brasil e Herzog vs. Brasil	339

5.6 Normas de Impunidade no Tribunal: ADPF 153 e a jurisprudência do STF	348
5.6 A Persistência do Problema da Responsabilidade pela Violência Estatal: aporias do Constitucionalismo e do Estado de Direito à luz da Teoria do Estado atual.....	359
Considerações Finais.....	365
Referências.....	373